Universidades Lusíada

Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-

Nota de abertura

http://hdl.handle.net/11067/5272
https://doi.org/10.34628/p9es-8t02

Metadados

Data de Publicação	2007
Palavras Chave	Economia, Administração Pública, Empresas - Finanças
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 07 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T07:38:27Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

Nota de Abertura

Vivemos uma situação muito estranha na economia. Apesar das muitas investigações sobre os problemas contemporâneos, os estudiosos e cientistas sociais ainda não elaboraram uma teoria do desenvolvimento económico que seja operacionalmente útil e aplicável na generalidade.

A economia, como sabemos, deu os primeiros passos como disciplina pela mão do escocês Adam Smith, com a sua obra "A Riqueza das Nações" publicada em 1776, o mesmo ano da Declaração da Independência dos E.U.A. Smith, que pensou seguir a carreira eclesiástica mas acabou por preferir a filosofia à teologia, foi o pai do liberalismo económico na Inglaterra da segunda metade do século XVIII. Um século mais tarde, a economia ganhou o estatuto de ciência, quando o economista britânico Alfred Marshall, de forma não intencional, introduziu a matemática na análise económica. No seu manual "Princípios de Economia Politica", publicado em 1890, Marshall apresentou os argumentos em prosa, mas completou cada capítulo com apêndices, descrevendo esses mesmos argumentos na linguagem matemática. Os professores universitários, que adoptaram a obra de Marshall, passaram a leccionar a disciplina com base nos apêndices do livro. Esta decisão dos académicos conferia-lhes uma pretensa respeitabilidade científica que, na altura, era conferida apenas aos físicos.

Toda a obra de Smith – de acordo com o seu próprio nome – destinou-se a revelar as causas do crescimento económico das nações. A defesa de Smith do comércio internacional livre proveio da sua análise dos ganhos de especialização e divisão do trabalho, que constituiu o princípio da vantagem comparativa e a base da teoria do moderno comércio internacional. Porém, Smith também estava consciente da oposição entre a justiça social e a ordem económica realizada pela acção mecânica dos interesses individuais. Portanto, os argumentos puramente lógicos de Smith só tiveram efeitos práticos na política quando grandes grupos de gente influente se convenceu de que o comércio livre os beneficiaria efectivamente, independente do seu impacte social e ambiental. Resulta deste facto que a sociedade de hoje está longe de ser tão perfeita como os seus percursores certamente o desejariam.

Aos olhos de alguns, a análise de Smith teve o inconveniente de revelar com demasiada clareza as operações de interesses que existem no seio da econo-

mia capitalista. Contudo, muitos dos que dedicam esforços para melhorar as condições não são revoltados contra a ordem das coisas e procuram apenas consolação para uma verdade que são demasiado fracos para suportar. No fundo, a fé de que o mundo poderá ser transformado pela vontade humana, assente no moderno e emergente conceito de desenvolvimento sustentável. Neste quadro se insere a iniciativa da Assembleia-Geral das Nações Unidas que proclamou o ano 2008 o Ano Internacional do Planeta Terra.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é, normalmente, definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. No fundo, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico, fazendo um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. Um propósito que não é fácil de atingir, como o demonstraram os resultados saídos da Cimeira do G8 que decorreu, entre 6 e 8 de Junho deste ano, na Alemanha. Os países com assento no G8 representam quarenta por cento das emissões de dióxido de carbono (CO2) em todo o mundo e é uma expressão dos países que, segundo o protocolo de Quioto, tinham obrigações quantitativas em relação à redução de emissões.

Em 2020, se nada for feito, a maioria dos países europeus terá um risco acrescido de cheias, devido à diminuição do período das chuvas e ao aumento da seca, que poderá por em causa espécies animais e vegetais, e a quebra da produção agrícola. Por isso, a União Europeia tem-se empenhado em persuadir os parceiros industrializados a aceitarem objectivos de cumprimento obrigatório para a redução das emissões de CO2, dado como responsável pelo aquecimento global do planeta. Apostam num compromisso para redução das emissões de gás com efeito estufa em 50 por cento até 2050 e no reforço das energias renováveis em 20 por cento, essenciais para limitar a dois graus o aumento da temperatura média do planeta.

Porém, executivos de alguns dos mais importantes países receiam que cortes rápidos tenham um forte impacto negativo no desenvolvimento económico. A posição mais intransigente vem do Presidente dos E.U.A., um país com menos de 5 por cento da população mundial mas que é responsável por cerca de um quarto das emissões globais. Perante tal divergência a Cimeira limitou-se, mais uma vez, a redigir uma declaração de empenho em continuar a trabalhar para responder às alterações climáticas.

Jeremy Rifkin, o economista que preside à *Foudation on Economic Trends*, em Washington (USA), quando passou este ano por Portugal, fez questão de afirmar que "as tecnologias energéticas actuais afunilam a globalização e excluem dela a maioria dos seres humanos". O problema de fundo é que hoje todo o planeta está organizado a partir das energias fósseis: materiais de construção, plásticos, transportes, produtos farmacêuticos, pesticidas, etc. Com isto, enfrentamos quatro grandes problemas: mudanças climáticas, custo crescente dos

combustíveis nos mercados internacionais, instabilidade politica crescente nas regiões produtoras e a perspectiva de atingirmos em breve o pico de produção do petróleo e do gás natural. Este último é o dado relevante: quando se atinge a metade dos recursos disponíveis, é o princípio do fim; a partir daí a produção assume custos proibitivos. Os optimistas da AEIE previram, há seis anos, que atingiríamos o pico do petróleo em 2035, com crescimentos anuais da procura de 2 por cento. Mas, com a China e a Índia a crescerem mais rapidamente, as mais recentes projecções apontam para cerca de 2020.

O bem intencionado Smith estava persuadido que havia uma espécie de "mão invisível" que regulava os interesses dos produtores e dos consumidores. Essa "mão" é hoje visível, mas regula os interesses noutros sentidos.

* * * * *

Com esta edição de *"Lusíada – Economia & Empresa"* fazemos chegar aos leitores alguns contributos importantes, num leque variado de temas, nos domínios da teoria económica, da Administração Pública e da gestão empresarial.

A temática da economia inclui dois artigos com incidência nos subsectores do Turismo e da Saúde. No primeiro tema o autor propicia uma contribuição para a *caracterização do turismo em Portugal*, quer como ponto de chegada de um percurso de meio século, quer como plataforma de partida para o futuro. Releva o papel deste sector como parcela do produto nacional e contributo para a balança de pagamentos, para a criação de emprego, para a implementação de novas infra-estruturas e para o desenvolvimento regional. No segundo tema o autor trabalha a *análise dos sistemas de transacção em rede no subsector da saúde*. Propõem um modelo de análise e funcionamento na gestão de prescrições das receitas médicas, permitindo o seu acompanhamento em tempo real e induzindo economias de escala no processo de pagamento, com vantagem para o Estado e para os utentes.

No domínio da Administração Pública incluem-se dois temas. O primeiro artigo apresenta uma *abordagem teórica da organização pública com base no conceito de "governance"*. O autor equaciona a reforma administrativa enquanto projecto integrado, complexo e diversificado, suportado numa gestão conciliadora dos diversos actores e dos seus comportamentos e expectativas. O segundo artigo trata *as finanças locais e o desenvolvimento regional*. Com base num estudo empírico, o autor sugere critérios orientados para minimizar as assimetrias regionais e para produzir uma melhor distribuição dos fundos. Mostra que os critérios com ponderação mais forte em variáveis qualitativas, em detrimento de variáveis quantitativas conduzem ao reforço da função da perequação do FGM (Fundo Geral Municipal).

Os textos de gestão empresarial focam três temas: financeiro, tecnológico e humano. O primeiro artigo trata *a problemática da reacção do mercado bolsista à informação financeira*. O autor apresenta uma análise empírica do comportamento dos preços das acções face ao anúncio dos resultados financeiros no mer-

cado bolsista. Evidencia a relevância dos resultados numa janela compreendida entre 15 dias antes e 15 dias após o anúncio na EURONEXT Lisboa. O segundo artigo desenvolve uma *investigação sobre o grau de penetração da matriz tecnológica de gestão nipónica no tecido empresarial português*. A autora avalia os resultados da competitividade das empresas nos sectores automóvel e electrónico, quando utilizam práticas específicas de gestão nipónica. No último artigo sobre *a mobilidade do capital intelectual*, os autores estudam as condicionantes legais à mobilidade do capital intelectual, como favorecimento da empresa face aos seus empregados, relativamente ao poder de tomar parte na riqueza criada a partir desse capital. Demonstram que esse favorecimento prejudica a motivação dos empregados para estabilizar o capital intelectual.

Esta edição culmina com os resultados, reportados ao triénio 2003-2005, do *"Observatório da Produtividade das grandes empresas em sectores relevantes da economia portuguesa"*. Trata-se de uma aplicação computacional de um sistema de indicadores funcionando de forma agregada, numa base de dados permanente de um painel de empresas "âncora" da economia portuguesa, em 25 sectores da actividade não financeira. O Observatório utiliza uma abordagem metodológica que avalia o efeito da produtividade numa perspectiva multidimensional (produtividade do trabalho, produtividade tecnológica, produtividade relativa, produtividade salarial). A manutenção e actualização do Observatório são asseguradas pelos trabalhos empíricos realizados pelos alunos de Economia e Gestão de Empresa, da Universidade Lusíada, nas unidades curriculares relacionadas com as matérias de inovação, tecnologia e produtividade.

Uma nota de gratidão aos colaboradores desta edição, esperando que os seus contributos sejam uma mais valia para o conhecimento dos nossos leitores.

O DIRECTOR

José Eduardo Carvalho